

**AIRR 324-40.2010.5.10.0000 – Publicação: DEJT 17.12.2010**

Relator Min. Kátia Magalhães Arruda

Agravante: Companhia Brasileira de Distribuição

Agravado: Ministério Público do Trabalho da 10ª Região

**EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA. TUTELA INIBITÓRIA. REVISTAS PESSOAIS. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. NÃO PROVIMENTO.** Nega-se provimento a agravo de instrumento pelo qual o recorrente não consegue infirmar os fundamentos do despacho denegatório do recurso de revista.

**AIRR 49740-06.2008.5.10.0013**

Relator Min. Pedro Paulo Manus

Agravante: Ministério Público do Trabalho da 10ª Região

Agravada: Comercial Magazine Sapatos Ltda.

**EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. DANO MORAL. REVISTA VISUAL DE BOLSAS E DE SACOLAS.** Esta Corte Superior tem se posicionado no sentido de que a revista visual de pertences dos empregados, feita de forma impessoal e indiscriminada, é inerente aos poderes de direção e de fiscalização do empregador e, por isso, não constitui ato ilícito. O quadro fático delineado no acórdão regional não evidencia abuso de direito no procedimento de revista adotado pelo empregador. Agravo de instrumento a que se nega provimento.

**RO 88700-74.2009.5.05.0000 - SBDI-2 - Publicação: DEJT 25.11.2011**

Relator: Min. Ives Gandra Martins Filho

Recorrente: Companhia Brasileira de Distribuição - CBD

Recorrido: Ministério Público do Trabalho da 5ª Região

**EMENTA: AÇÃO RESCISÓRIA - AÇÃO CIVIL PÚBLICA - DANO MORAL COLETIVO - REVISTA VISUAL EM BOLSAS OU SACOLAS DOS EMPREGADOS - CONFIGURADA A VIOLAÇÃO DE LEI (ARTS. 1º, III, E 5º, X E LVII, DA CF) - AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE ABUSO DO PODER DE DIREÇÃO E DOS DANOS SOFRIDOS PELOS EMPREGADOS - RECURSO PROVIDO.**

1. A Reclamada ajuizou ação rescisória calcada exclusivamente no inciso V (violação de lei) do art. 485 do CPC, apontando como violados os arts. 373-A, VI, da CLT, 186 e 422 do CC, e 1º, III, 5º, *caput*, II, X e LVII, da CF e buscando desconstituir o acórdão regional, proferido nos autos da ação civil pública 1174/2005-023-05 -00.9, que negou provimento ao seu recurso ordinário, mantendo a sentença de 1º grau que julgou procedente os pedidos formulados na exordial, condenando-a ao pagamento de R\$

100.000,00 a título de indenização por dano moral coletivo e confirmando a multa fixada na liminar concedida, no valor de R\$ 5.000,00 por trabalhador prejudicado, no sentido de se abster de realizar revista íntima de seus empregados, seja fisicamente, seja em seus objetos pessoais.

2. Quanto ao mérito, tem-se que dano moral constitui lesão de caráter não material ao patrimônio moral do indivíduo, integrado por direitos da personalidade (que são, basicamente, os direitos à vida, integridade física, liberdade, igualdade, intimidade, vida privada, imagem, honra, segurança e propriedade). Nesse contexto, condenar o empregador em dano moral, por força de eventual lesão causada ao obreiro, somente faz sentido quando se verifica a repercussão do ato praticado pelo empregador na imagem, honra, intimidade e vida privada do indivíduo.

3. No caso vertente, a decisão rescindenda consignou expressamente que a revista realizada nos empregados se restringia à exposição do conteúdo de bolsas e sacolas, feita de forma aleatória por empregado que ficava na portaria da empresa.

4. Logo, não há como enquadrar o caso concreto como gerador do direito à indenização por dano moral, **merecendo provimento o apelo para rescindir o acórdão regional, por violação dos arts. 1º, III, e 5º, X e LVII, da CF e, em juízo rescisório, julgar improcedentes os pedidos formulados na ação civil pública originária.** Recurso ordinário provido.

**RR 59100-71.2008.5.21.0008 – Publicação: DEJT 14.09.2012**

Relatora: Ministra Kátia Magalhães Arruda

Recorrente: PRAIAMAR EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS LTDA

Recorrido: MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO – PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 21ª REGIÃO

**DECISÃO:** , por unanimidade, **conhecer do recurso de revista, por divergência jurisprudencial**, e, no mérito, por maioria, vencido Excelentíssimo Ministro Augusto César Leite de Carvalho, dar-lhe provimento ao recurso de revista para, **julgando procedente o pedido de revisão do Termo de Ajustamento de Conduta nº 0026/2005, formulado por PRAIAMAR EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS LTDA., autorizar que a empresa exerça o seu poder fiscalizador, procedendo à revista nas bolsas de seus empregados, no momento da saída, de forma moderada e reservada, em caráter geral, impessoal, não seletivo, e sem contato físico, de modo a não constrangê-los.** Invertido o ônus da sucumbência quanto às custas processuais, das quais é isento o recorrido.

**RECURSO DE REVISTA. AÇÃO DE REVISÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA. PODER DE FISCALIZAÇÃO. REVISTA DE BOLSAS E PERTENCES.** A dignidade da pessoa humana (fundamento da República, nos termos do art. 1º, III, da CF, e regra matriz do direito à indenização por danos morais, previsto no art. 5º, X, da CF), impõe-se contra a conduta abusiva do empregador no exercício do poder de direção a que se refere o art. 2º da CLT, o qual abrange os poderes de organização, disciplinar e de fiscalização. No entanto, **o exercício, de maneira regular, do seu poder**

**diretivo, fazendo a fiscalização de bolsas e pertences aleatoriamente, sem contato pessoal e sem exposição ao público, não configura conduta ilícita ou abusiva do empregador. Precedentes.**

Recurso de revista a que se dá provimento.

**RR 110600-90.2008.5.17.0008 – Publicação: DEJT 07.12.2012**

Relator: Min. Horácio Raymundo de Senna Pires

Recorrente: ARCELORMITTAL BRASIL S.A.

Recorrido: MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO DA 17ª REGIÃO

#### **RECURSO DE REVISTA.**

**1. NULIDADE DO ACÓRDÃO REGIONAL POR NEGATIVA DE PRESTAÇÃO.** Não subsiste a lacuna apontada pela reclamada, sendo certo que a Corte Regional explicita, de forma clara e coerente, os fundamentos de fato e de direito que nortearam a sua conclusão.

**2. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. OBRIGAÇÃO DE NÃO FAZER. ABSTENÇÃO DE REVISTAR EMPREGADOS E PRESTADORES DE SERVIÇOS. DANO MORAL COLETIVO. CARACTERIZAÇÃO. INDENIZAÇÃO.** Evidenciada a ilicitude do procedimento da reclamada de realizar revistas que compreendiam contato/exposição corporal, resulta esvaziada a alegação recursal de que a atuação patronal se revestia de liceidade, uma vez patente a exorbitância dos limites do exercício do direito potestativo de fiscalizar e organizar sua atividade empresarial. Recurso de revista não conhecido.

**RR 51-61.2010.5.04.0733 – Publicação: DEJT 12.04.2013**

Relator: Min. Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira

Recorrente: MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Recorrida: IMPORTADORA E EXPORTADORA DE CEREAIS S.A.

**DECISÃO:** , por unanimidade, conhecer do recurso de revista, por violação do art. 5º, X, da Carta Magna, e, no mérito, **dar-lhe provimento, para condenar a ré ao pagamento de indenização por dano moral coletivo, no importe de R\$ 50.000,00, a ser revertida ao Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT.** Custas pela reclamada, reduzidas para R\$ 2.000,00, calculadas sobre o valor ora arbitrado à condenação.

#### **EMENTA: RECURSO DE REVISTA. 1. NULIDADE. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL.**

Preliminar que se deixa de examinar, com base no art. 249, § 2º, do CPC. **2. INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL COLETIVO. REVISTA ÍNTIMA. CONFIGURAÇÃO.** 2.1. A CLT consagra o poder diretivo do empregador (art. 2º), que se manifesta por meio do controle, vigilância e fiscalização dos seus empregados. Tal poder encontra limites também legalmente traçados. Ninguém pode tudo. Os poderes de qualquer indivíduo, de qualquer instituição, para além do que trace o ordenamento, estão limitados

não só pelo que podem os outros indivíduos e instituições, mas, ainda, pelo que, legitimamente, podem exigir na defesa de seus patrimônios jurídicos. 2.2. A Constituição da República (arts. 1º, inciso III, e 5º, *caput* e incisos III e X) tutela a privacidade e a honra, coibindo práticas que ofendam a dignidade da pessoa humana e constituam tratamento degradante. O art. 373-A, inciso VI, da CLT, por seu turno, traz vedação expressa à revista íntima - embora dirigido às mulheres empregadas, é passível de aplicação aos empregados em geral, em face do princípio da igualdade também assegurado pelo Texto Maior. **2.3. Ao assumir os riscos de seu empreendimento (CLT, art. 2º), o empregador toma a si a obrigação de adotar providências que garantam a segurança de seu patrimônio, iniciativa que encontrará larga resposta por parte da tecnologia moderna. 2.4. Não há nada e nenhuma norma que autorize o empregador ou seus prepostos a obrigar empregados a apresentar seus pertences para revistas. 2.5. Não há revista íntima razoável. O ato em si constitui abuso de direito e, diante do regramento constitucional, é ilícito. O direito de propriedade não se estende a ponto de permitir ao empregador dispor da intimidade de seus empregados, submetendo-os, cruelmente, a humilhações, às quais se curvam pela necessidade de conservação do emprego. Não é razoável tolerar-se a recusa a valor tão básico, cuja reiteração, por certo, redunde em rigorosa modificação do espírito e em irrecusável sofrimento para o trabalhador. 2.6. Pergunta-se como reagiriam empregador, seus prepostos e, ainda, aqueles que sustentam tal comportamento, acaso submetidos a diárias revistas íntimas. Não se crê que, então, sustentassem-nas com tal vigor. 2.7. São inapreensíveis por outrem os direitos pessoais à preservação da dignidade, intimidade, privacidade e honra. 2.8. Infligindo dano moral, obriga-se o empregador à indenização correspondente (CF, art. 5º, X). Precedentes desta Corte.** Recurso de revista conhecido e provido.

**RR 224600-88.2008.5.18.0004 – Publicação: DEJT 07.06.2013**

Relatora: Ministra Kátia Magalhães Arruda

Recorrente: MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO

Recorrida: ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO RESIDENCIAL ALDEIA DO VALE - SAALVA

**DECISÃO:** , por unanimidade, não conhecer do recurso de revista.

**RECURSO DE REVISTA. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. REVISTA EM OBJETOS PESSOAIS DOS TRABALHADORES EM CONDOMÍNIO RESIDENCIAL. DANO MORAL COLETIVO. NÃO CARACTERIZAÇÃO.** A jurisprudência desta Corte tem se firmado no sentido de que a mera revista visual nos pertences do empregado **não configura, por si só, ofensa à sua moral e intimidade, constituindo-se, na realidade, exercício regular do direito do empregador, em razão do poder de direção e fiscalização.** Precedentes. Incidência do óbice da Súmula nº 333 do TST e do art. 896, § 4º, da CLT. Recurso de revista de que não se conhece.